



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA À DISTÂNCIA EM GEOGRAFIA

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DO LYCEU
DE GOYAZ DA CIDADE DE GOIÁS

JOSIMAR DO CARMO ALMEIDA

GOIÁS/GO
2012



JOSIMAR DO CARMO ALMEIDA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL DO LYCEU
DE GOYAZ DA CIDADE DE GOIÁS**

Trabalho Monográfico realizado para fins avaliativos,
do Curso de Licenciatura à Distância em Geografia
do Departamento de Geografia – GEA da
Universidade de Brasília – UNB, sob orientação da
professora Gladis Lucia Maddalozzo.

GOIÁS-GO
2012

Universidade Aberta do Brasil UAB
Universidade Nacional de Brasília
Curso de Licenciatura Plena em Geografia
Pólo – Goiás

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autora: Josimar do Carmo Almeida

Título: O Ensino de Geografia no Ensino Fundamental do Lyceu de Goyaz na Cidade de
Goiás

Gladis Lucia Maddalozzo

Waleska Manyari

Helen Gurgel



*Educar a inteligência é dilatar o horizonte dos seus desejos
e das suas necessidades.*

James Russell Lowell, 1890



RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetiva analisar o ensino de Geografia no Ensino Fundamental do Lyceu de Goyaz, na cidade de Goiás – GO. O estudo da Geografia permite com que o aluno reforce conceitos como espaço, paisagem, lugar e território e a compreensão de que o acesso e a inclusão de todos nós no mundo em que vivemos perpassam por questões políticas, sociais, econômicas, dentre outros, que determinam a atuação do homem no campo das políticas públicas sociais em cada contexto histórico. Foi feito também todo um estudo sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, sua filosofia de trabalho, conhecendo-se a integração dos professores e a preocupação da escola de desenvolver um ensino de qualidade enfatizando bastante o campo das relações humanas e sociais. O presente trabalho tem por objetivo, pois, observar o ensino da referida disciplina no colégio em questão, discutindo de que forma tal ensino ajuda o alunado a ver de modo analítico o mundo em que vive. A metodologia do estudo envolveu uma pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas e revisão de literatura. Da análise, pôde-se perceber que os professores de Geografia da Unidade escolar procuram fazer um trabalho contextualizado, em consonância com os PCNs e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fazendo com que a escola se destaque pela excelência no ensino.

Palavras - chave: Geografia; relações humanas e sociais; espaço; integração.



ABSTRACT

This is a qualitative study that aims to analyze the teaching of Geography in elementary school in the Lyceu de Goyaz in the city of Goiás - GO. The study of Geography enables the student to reinforce concepts like space, landscape, place and territory and the understanding that access and inclusion of all of us in the world we live in by permeate political, social, and economic, among others that determine the role of man in the field of social policies in each historical context. It was also all done a study on the Political Pedagogical Project of the school, its philosophy of work, knowing the integration of the school teachers and the concern of developing quality education emphasizing rather the field of human and social relations. This paper aims; therefore, to observe the teaching of this discipline in the college in question, discussing how such teaching helps the pupils to see analytically the world in which he lives. The methodology of the study involved a qualitative research with interviews and literature review. From the analysis, it could be seen that teachers of Geography Unit School looking to do work in perspective, in line with the PCNs and the Laws of Guidelines and Bases of National Education, making the school stands for excellence in teaching.

Keywords: Geography; human and social relations; space; integration.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	6
CAPÍTULO 1 – A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA VISÃO DOS PCNS-----	8
1.1 – A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE----	9
1.2 – OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O ENSINO DE GEOGRAFIA-----	11
CAPÍTULO 2 – O LYCEU DE GOYAZ E O SEU PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO-----	16
CAPÍTULO 3 – O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO LYCEU DE GOYAZ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS-----	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	28
REFERÊNCIAS-----	30



INTRODUÇÃO

Ao optarmos pelo tema em apreço – O ensino de Geografia no Ensino Fundamental do Lyceu de Goyaz -, assim o fizemos, pelo fato de que o estudo desta disciplina permite que os alunos desenvolvam hábitos e construam valores significativos para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira e mesmo com o mundo, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental. Devem permitir, também, o desenvolvimento da consciência de que o território nacional é constituído por múltiplas e variadas culturas, povos e etnias, distintos em suas percepções e relações com o espaço, desenvolvendo atitudes de respeito às diferenças socioculturais que marcam a sociedade brasileira.

Daí a relevância da temática em apreço. No primeiro capítulo, apresentamos a os aspectos gerais sobre o ensino de Geografia no Ensino Fundamental, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Tomar-se-á o Lyceu de Goyaz como modelo, uma vez que se trata de uma instituição que privilegia as relações, dando maior importância não ao resultado, mas ao processo, a construção da auto-estima, e neste processo é fundamental que o todos os envolvidos com a comunidade escolar percebam as necessidades dos alunos, dos professores, do espaço escolar, para junto com os administradores, criem alternativas que possam viabilizar o ensino de qualidade, amparado na igualdade de tratamento para todos.

A escola é uma referência de ensino na cidade, pelos seus princípios democráticos, e por tomar como primeira fonte de sustentação de suas “paredes” o significado de direitos humanos e pessoas humanas, pensando a ética como estando imbricada nesses direitos e como sendo o pilar estrutural e sustentador da humanidade, responsável por uma “resposta natural” a esses direitos.

No segundo capítulo, abordamos aspectos mais específicos do Lyceu de Goyaz, na construção de seu Projeto Pedagógico, partindo para o terceiro capítulo, onde falamos especificamente sobre o ensino de Geografia na referida unidade escolar.

Ao longo do processo, observa-se que o trabalho educativo que ocorre na escola é sempre marcado por concepções, valores e atitudes, mesmo que não explicitados e, muitas vezes, contraditórios. Em Geografia, as questões sociais fazem parte de seu próprio objeto de

estudo. Mesmo assim é fundamental abordá-los em diferentes contextos de aprendizagem, tanto na própria área como no convívio escolar.

Para articular os temas em cada área, professores e o grupo gestor precisam mostrar que é necessário levar em conta que eles precisam se combinar com as concepções teóricas e metodológicas delas. Em Geografia isso ocorre de diferentes maneiras, de acordo com cada tema e cada eixo temático proposto. Também é preciso destacar que a perspectiva da interdisciplinaridade não pressupõe o tratamento simultâneo, e em um único período, de um mesmo tema por todas as áreas, mas o que se faz necessário é que esses temas integrem o planejamento dos professores das diferentes áreas, de forma articulada com o seus objetivos e conteúdos. Uma forma de alcançar essa meta é organizar projetos que permitam a articulação das questões sociais em torno dos conteúdos específicos de cada área.

E sem dúvida nenhuma, através da Geografia é possível trabalhar várias questões sociais.

CAPÍTULO 1- A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA VISÃO DOS PCNS

1.1 – A importância do estudo de Geografia para a sociedade

O ensino de Geografia nos dias atuais é justificado pela possibilidade de ampliação da capacidade dos alunos para apreenderem a realidade, sob o ponto de vista da espacialidade complexa.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Geografia (2007), as primeiras noções de espacialidade desenvolvidas desde as séries iniciais do Ensino Fundamental estiveram relacionadas às formas e arranjos espaciais. Na ampliação destes significados, a espacialidade é também constituída pela complexa teia de relações presentes no espaço geográfico, orientando a distribuição e a localização dos fenômenos urbanos e rurais, bem como os processos socioespaciais que os conformam.

Vive-se, atualmente, uma espacialidade complexa, configurada que é pelo processo de mundialização da sociedade, dificultando aos cidadãos a compreensão do seu espaço de modo crítico, conduzindo-se apenas por suas práticas espaciais diárias. No entanto, novas representações são possíveis com o desenvolvimento de outras dimensões importantes da formação humana, aliadas às capacidades de apreensão da realidade do ponto de vista da espacialidade. É preciso, pois, buscar o desenvolvimento dessas alternativas concretas para que se compreenda o papel do espaço nas práticas sociais, e o papel das práticas sociais na configuração do espaço geográfico.

As práticas espaciais são projetadas no espaço social, que é ao mesmo tempo físico e mental. Essas práticas podem reproduzir espaços geográficos em que as relações sociais estejam a serviço da reprodução ampliada do capital, na medida em que alimentam padrões de produção e de consumo insustentáveis. Como também pode estabelecer com o espaço geográfico práticas espaciais que estejam comprometidas com a construção de sociedades sustentáveis, pautadas na qualidade de vida e na justiça ambiental, o que evidencia outra razão de se ensinar Geografia.

O ensino da Geografia, assim como de outras disciplinas, contribui para o desenvolvimento da autonomia, a compreensão dos direitos, dos limites e potencialidades da ciência e da tecnologia e os desdobramentos que tal desenvolvimento trouxe na construção das espacialidades. Para isso, é imperioso aprender a pensar na lógica das redes de relações, no movimento do pensamento complexo para que, ao contextualizar espacialmente os fenômenos e ao conhecer o planeta nas escalas locais, regionais, nacionais e internacionais, essa compreensão abra possibilidades de

desenvolvimento de outras lógicas e uma nova ética: ambiental e social. Essa razão atribui substância à cidadania que se faz necessária no processo de globalização incontrolável. (Diretrizes Curriculares, 2007)

A Geografia pode trazer, para as reflexões educacionais, uma dimensão que problematize a lógica do consumo que processa uma sociedade insustentável.

De acordo com Milton Santos (2000, p. 34),

Esse seria o papel de uma geografia cidadã. Esse é mais um sentido para se ensinar Geografia nas escolas de Educação Básica. Esta nova forma geográfica de pensar, desafiando a lógica formal e o mundo das certezas, ganha nova dimensão ao propor o desenvolvimento de habilidades de orientação em nível escolar, como forma de explicar os fenômenos globalizados e seus processos. O espaço geográfico é um sistema indissociável de objetos e ações. O sistema de ações é responsável pelas dinâmicas e práticas espaciais que se dão através dos objetos geográficos, que estão cada vez mais tecnificados e subordinados às normas, formais ou informais.

Tais ações acabam por determinar certa ordem, nem sempre coerentes com as necessidades de um lugar, pois muitas vezes se referem à escala de comando na qual elas se processam. Compreender as práticas que sustentam essa lógica é outra razão para se ensinar Geografia. Na construção do Projeto Político-Pedagógico das escolas, o sentido de se ensinar Geografia baseia-se na:

- Apreensão da realidade sob o ponto de vista da espacialidade complexa;
- Compreensão das práticas que sustentam o espaço geográfico como um espaço indissociável de objetos e ações;
- Compreensão do papel e das possibilidades das práticas sociais na configuração do espaço geográfico, entendendo-o como produto de práticas espaciais;
- Possibilidade do estabelecimento de outras práticas espaciais como usuários do espaço e nas práticas cotidianas do lugar;
- Construção da autonomia de pensar, no exercício do pensamento complexo e na busca de respostas para soluções de problemas locais, regionais e internacionais;
- Capacidade de desenvolver um raciocínio geográfico complexo e, com ele, atitudes que sustentem uma nova lógica e uma nova ética ambiental e social;
- Compreensão da relação implícita entre lógica do consumo, consumismo e cidadania, formando atitudes e valores com vistas à construção de sociedades sustentáveis;
- Compreensão da importância do desenvolvimento de habilidades relacionadas ao tratamento da informação na reflexão e ação cotidiana do espaço globalizado.

E é na coerência das ações da escola que se nota uma preocupação em fazer o aluno um ser pensante e em consonância com a transformação do mundo ao seu redor. Na prática e no dia-a-dia, o Lyceu de Goyaz sabe que o Projeto Político Pedagógico não é uma ação que se ergue na individualidade de alguns membros da instituição de ensino, e sim, devem participar dessa construção todos que estão inseridos no contexto social em que a escola se faz presente, ou seja, alunos, pais, funcionários, educadores, etc.

Para o aluno, para que tudo isso seja dotado de sentido, faz-se necessário instaurar novas relações pedagógicas entre educador e educando, pautadas na autonomia dos sujeitos, na cooperação, na solidariedade e que todos se percebam integrados em seu contexto sócio-cultural. Isso também significa assumir uma responsabilidade social pela seleção dos conteúdos e práticas espaciais, que serão o combustível para o desenvolvimento das dimensões conceituais e procedimentais e na formação de atitudes cidadãs, aqui relacionadas, depois de um amplo diálogo com os professores das escolas.

1.2 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de Geografia

Em vista de todas as transformações que a sociedade vem sofrendo, conforme explanado no item anterior, a Geografia, de acordo com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social.

Através dela, podemos entender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele.

É possível, igualmente, conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço e perceber as relações do passado com o presente. Tudo isso depende de um ensino pautado na contextualização dos fatos e não na fragmentação.

O documento de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

Entretanto, em vista das várias posições teóricas sobre o tema, não apenas a prática do professor está permeada por indefinição e confusão. Muitas propostas de ensino também estão. Observa-se, sobretudo na análise das propostas curriculares produzidas nas últimas décadas, que o

ensino de Geografia revela todas essas indefinições e problemas na escolha dos seus conteúdos. No geral, são eles: (PCNs, 1998, p. 40-42):

- abandono de conteúdos fundamentais da Geografia, tais como as categorias de nação, território, lugar, paisagem e região, bem como do estudo de sua natureza;
- são comuns modismos que buscam sensibilizar os alunos para temáticas mais atuais, sem a preocupação real de promover uma compreensão dos múltiplos fatores que delas são causas ou decorrências, o que provoca um envelhecimento rápido dos conteúdos. Um exemplo é a adaptação forçada das questões ambientais em currículos e livros didáticos que ainda preservam o discurso da Geografia Tradicional e não têm como objetivo a compreensão processual e crítica dessas questões, vindo a se transformar na aprendizagem de slogans;
- há uma preocupação maior com conteúdos conceituais do que com os procedimentais e atitudinais. O objetivo do ensino fica restrito, assim, à aprendizagem de fenômenos e conceitos, desconsiderando a aprendizagem de procedimentos e atitudes fundamentais para a compreensão dos métodos e explicações com os quais a própria Geografia trabalha; as propostas pedagógicas separam a Geografia Humana da Geografia da Natureza em relação àquilo que deve ser apreendido como conteúdo específico: ou a abordagem é essencialmente social (e a natureza é um apêndice, um recurso natural), ou então se trabalha a gênese dos fenômenos naturais de forma pura, analisando suas leis, em detrimento da possibilidade exclusiva da Geografia de interpretar, compreender e inserir o juízo do aluno na aprendizagem dos fenômenos em uma abordagem socioambiental;
- a memorização tem sido o exercício fundamental praticado no ensino de Geografia, mesmo nas abordagens mais avançadas. Apesar da proposta de problematização, de estudo do meio e da forte ênfase que se dá ao papel dos sujeitos sociais na construção do território e do espaço, o que se avalia ao final de cada estudo é se o aluno memorizou ou não os fenômenos e conceitos trabalhados e não aquilo que pôde identificar e compreender das múltiplas relações aí existentes;
- a noção de escala espaço-temporal muitas vezes não é clara, ou seja, não se explicita como os temas de âmbito local estão presentes naqueles de âmbito universal, e vice-versa, e como o espaço geográfico materializa diferentes tempos (da sociedade e da natureza) ou Geografia como história do presente;

O ensino de Geografia pode levar os alunos a compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira mais consciente e propositiva. Para tanto, porém, é preciso que eles adquiram conhecimentos, dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos com os quais este campo do conhecimento opera e constitui suas teorias e explicações, de modo que possam não apenas compreender as

Relações socioculturais e o funcionamento da natureza às quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade: o conhecimento geográfico.

Neste condão, a Geografia, no âmbito dos PCNs (1998) é uma área de conhecimento que tenta se comprometer em tornar o mundo compreensível para os alunos, explicável e passível de transformações. Neste sentido, assume grande relevância dentro do contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em sua meta de buscar um ensino para a conquista da cidadania brasileira. As temáticas com as quais a Geografia trabalha na atualidade encontram-se permeadas por essa preocupação. É possível encontrar uma farta bibliografia sobre várias questões que entrelaçam os temas de estudo da Geografia com as questões sociais apontadas como prioritárias nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

É importante dizer, também, que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, portanto, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania.

Outro aspecto essencial é que os conteúdos aqui propostos assumem o peso e a responsabilidade de trabalhar os meios pelos quais os alunos do ensino fundamental recebam a informação e a formação. Pois o estudo da Geografia proporciona aos alunos a possibilidade de compreenderem sua própria posição no conjunto de interações entre sociedade e natureza. Há também uma posição muito clara em prol da democratização da escola, do convívio escolar e das propostas de conteúdos que se combinam com a abordagem plural da Geografia que se propõe no documento.

Outro aspecto considerado foi buscar recuperar conteúdos conceituais fundamentais, tratando-os como conceito-base para proposição dos eixos temáticos; apesar disso procurou-se valorizar conteúdos procedimentais e atitudinais.

Há de se partir do pressuposto de que a realidade do mundo é muito mais ampla do que a possibilidade teórica de qualquer área do conhecimento para dar conta de sua explicação e compreensão isoladamente, e de que isso não pode ser feito de forma fragmentada, a prática didática e pedagógica da interdisciplinaridade torna-se um recurso para impedir o ensino fragmentado do mundo.

E para tornar isso possível, os PCNs (1998) trabalham com os conteúdos, por ciclos. No primeiro ciclo, o estudo da Geografia deve abordar principalmente questões relativas à presença e ao papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço geográfico. Para tanto, a paisagem local e o espaço vivido são as referências para o professor organizar seu trabalho. O segundo ciclo deve abordar principalmente as diferentes relações entre as cidades e o campo em suas dimensões sociais, culturais e ambientais e considerando o papel do trabalho, das

tecnologias, da informação, da comunicação e do transporte. O objetivo central é que os alunos construam conhecimentos a respeito das categorias de paisagem urbana e paisagem rural, como foram construídas ao longo do tempo e ainda o são, e como sintetizam múltiplos espaços geográficos. No terceiro ciclo, o estudo da Geografia poderá recuperar questões relativas à presença e ao papel da natureza e sua relação com a ação dos indivíduos, dos grupos sociais e, de forma geral, da sociedade na construção do espaço. A observação e a caracterização dos elementos presentes na paisagem é o ponto de partida para uma compreensão mais ampla das relações entre sociedade e natureza. O aluno deverá obter maior autonomia em relação ao método da observação, descrição, representação, explicação e compreensão do espaço e suas paisagens, assim como em relação aos diferentes recursos e linguagens com os quais possa obter informações para essa melhor compreensão. É essencial, que o professor trabalhe com diferentes tipos de mapas, Atlas, globo terrestre, plantas e maquetes de boa qualidade e atualizados, em situações em que os alunos possam interagir com eles e fazer uso cada vez mais preciso e adequado deles. O aluno do quarto ciclo já é capaz de maior sistematização, podendo compreender aspectos metodológicos da área quando estudada as relações entre sociedade, cultura, Estado e território ou as contradições internas que ocorrem entre diferentes espaços geográficos com suas paisagens. Portanto é fundamental que a escola se preocupe com a formação dos alunos para o mundo ocupacional. Um mundo ocupacional acessível que lhes dê uma autonomia desejada em relação à família, tanto para a independência como para a liberdade de ação.

Assim, sob a égide dos Parâmetros Curriculares (1998) mostram-se abordagens atuais da Geografia que têm buscado práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Espera-se que, dessa forma, eles desenvolvam a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade/natureza. Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. Nessa perspectiva procura-se sempre a valorização da experiência do aluno, o que é muito importante na relação ensino-aprendizagem.

Segundo alguns cenários atuais sobre o ensino de Geografia, talvez visando superar a visão dos próprios PCNs (1998), tem-se que o objetivo principal de estudo em geografia continua sendo o espaço geográfico entendido como um produto histórico, como um conjunto de objetos e de ações que revela as práticas sociais dos diferentes grupos que vivem num determinado lugar, interagem, sonham, produzem, lutam e reconstroem. (CASTROGIOVANNI, p. 07).

Desta forma, a construção da própria identidade é o lastro para a descentração espaço-temporal do sujeito cidadão. E a construção da identidade é, na verdade, a representação das

diferenças do sujeito; são as suas marcas/sinais e a valorização de tais singularidades. Em outras palavras, a construção da identidade é a tomada de consciência de que eu sou diferente e por ser diferente é que existo e possuo valor social. O homogêneo não existe. São as diferenças que possibilitam os diálogos e as trocas, portanto o constante crescimento social do sujeito.

No estudo da Geografia, em tempos atuais, cada lugar é sempre uma fração do espaço totalidade e dos diferentes tempos, portanto, na busca da compreensão dos lugares há necessariamente o trânsito pela totalidade. A ideia de lugar está associada à imagem da significação, do sentimento, da representação para o aluno. O lugar é formado por uma identidade, portanto o estudo dos lugares deve contemplar a compreensão das estruturas, das ideias, dos sentimentos, das paisagens, que ali existem com os quais os alunos estão envolvidos ou que os envolvem.

Assim, vendo uma Geografia que dialoga mais com a realidade do aluno, o estudante passa a estar mais preparado a lidar com o espaço concebido, passando-se do conhecimento espacial corporal, para o formado pelos sentidos e, então, para um conhecimento espacial construído pela reflexão. A escola passa a fazer com que o aluno tome consciência do espaço ocupado por seu corpo e a escolarização deve ajudá-la a orientar-se no espaço sendo fundamental construir símbolos através da relação significante/significado, para então atribuir significações a futuras leituras a serem feitas.

CAPÍTULO 2- O LYCEU DE GOYAZ E SEU PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Conforme se depreende do Projeto Político Pedagógico do Lyceu de Goyaz (2012), o referido colégio foi criado pela Lei nº 09, de 20 de junho de 1846, em cumprimento às ordens do Exmo. Sr. Presidente da Província de Goiás, Joaquim Inácio de Ramalho. Sua instalação nesta cidade deu-se a 23 de fevereiro de 1847.

Em 1937, o Lyceu de Goyaz transferiu-se para Goiânia, a nova capital do Estado. Após 57 anos de vida em Goiânia, retornou para a cidade de Goiás, atendendo ao pedido de um ex-aluno, Dr. José Sócrates Gomes Pinto - na ocasião, representando o anseio da comunidade vilaboense. Pela Portaria SE nº 6.758, de 03 de dezembro de 1993, foi implantado o Ensino Médio Não Profissionalizante no Lyceu de Goyaz, da cidade de Goiás, a partir de 1.994. Desde então, em Goiânia, a escola passou à denominação de Lyceu de Goiânia.

No Lyceu de Goyaz, após análise do seu PPP (2012), o currículo é fundamentado na

concepção progressista de educação, que considera o aluno sujeito de seu processo de aprendizagem, destacando o saber a ser produzido, sem desconsiderar o saber que o aluno traz. Há uma preocupação no sentido de que as atividades de currículo e ensino não sejam desvinculadas da totalidade social. Obedece-se a diretrizes mais gerais expressas em leis, normas, pareceres e documentos oficiais, porém, considerando-se aspirações e expectativas da sociedade e da cultura em que está inserida a escola. Hoje, já há uma visão mais ampla dos órgãos oficiais, que conferem à escola a autonomia para adotar uma estrutura aberta de currículo, a fim de que o professor, em sua atuação, possa adequá-lo a cada situação particular, conforme as características concretas dos alunos e outros fatores presentes no processo educativo.

De acordo com Carvalho e Diogo (1994, p. 15), apud Libâneo (2008, p. 34),

os currículos abertos preocupam-se com a integração entre as disciplinas, têm mais flexibilidade na definição de objetivos e competências, os conteúdos podem ser organizados em áreas e temas geradores. A elaboração e o desenvolvimento curricular contam com a participação dos professores, respeitando-se sua autonomia, seus saberes de experiências e saberes profissionais.

Para Rosita Edler Carvalho (2008, p. 56), na obra **Diálogo sobre Avaliação e Currículo para a Diversidade**,

a configuração de currículo aberto apresenta a aprendizagem como eixo, considerando o contexto em que o currículo é desenvolvido e reconhecendo as diferenças individuais dos alunos. Em se tratando de currículo para a diversidade, segundo a autora, é necessário realizar algumas modificações para dar respostas às necessidades de cada aluno. Nesse mesmo documento, já citado anteriormente, é dito que tais modificações consistem nas flexibilizações curriculares, nas quais deve-se reconhecer as características e necessidades dos alunos, movidos pela crença na possibilidade de desenvolver as suas potencialidades, adequando a proposta curricular adotada para que todos os alunos participem e se desenvolvam. (2008, p. 45)

E novamente recorre-se a Carvalho (2008, p. 78),

não se trata de elaborar um outro currículo e sim de trabalhar com o que for adotado, fazendo nele os ajustes necessários (flexibilizações nos objetivos, conteúdos, metodologia de ensino, temporalidade, e nas práticas de avaliação da aprendizagem) de modo a oferecer a todos a verdadeira igualdade de oportunidades de construir conhecimentos.

Tomando por referência o que diz um documento do curso de Pós-Graduação à distância em Educação, da Universidade Gama Filho/Ceteb (2007), pág. 8, entende-se que *o currículo é o eixo central da escola e associa-se à identidade escolar*. Assim, passamos a transcrever o que diz esse documento:

“O projeto curricular da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve orientar a operacionalização do currículo, como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, considerando os seguintes aspectos:

- A atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
- A identificação das necessidades educacionais especiais para facilitar o planejamento e definição de procedimentos e de recursos necessários para o atendimento das diversidades dos alunos;
- A adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizada de currículo;
- A flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola, para atender à demanda diversificada dos alunos;
- “A possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros, não convencionais, para favorecer o processo educacional.”

A título de esclarecimento sobre a diferença entre adaptação e flexibilização curricular, vamos nos apoiar, mais uma vez, no que diz o Caderno 3 – “Diálogo sobre Avaliação e Currículo para a Diversidade” - da Coordenação de Ensino Especial (2010):

- Currículo flexível: *nossos alunos têm direito de acesso à base curricular comum, no entanto, se pensarmos nos conteúdos, estes poderão, por exemplo, sofrer alterações quanto ao momento em que serão mediados, indo ao encontro do nível de desenvolvimento, dos interesses, dos tipos de inteligências e de outras diferenças.*

- Currículo adaptado: *o currículo adaptado não responde às necessidades diversas do grupo. Para ir ao encontro das especificidades de determinado aluno, ele precisa ser consideravelmente alterado, e o será em resposta apenas àquele caso.*

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - Adaptações Curriculares/Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (1998) - trazem algumas sugestões gerais que favorecem o acesso ao currículo:

- agrupar os alunos de uma maneira que facilite a realização de atividades em grupo e incentive a comunicação e as relações interpessoais;
- propiciar ambientes com adequada luminosidade, sonoridade e movimentação;
- encorajar, estimular e reforçar a comunicação, a participação, o sucesso, a iniciativa e o desempenho do aluno;
- adaptar materiais escritos de uso comum: destacar alguns aspectos que necessitam serem apreendidos com cores, desenhos, traços; cobrir partes que podem desviar a atenção do aluno; incluir desenhos, gráficos que ajudem na compreensão; destacar imagens; modificar conteúdos de material escrito de modo a torná-lo mais acessível à compreensão etc.;

- providenciar adaptação de instrumentos de avaliação e de ensino-aprendizagem;
- favorecer o processo comunicativo entre aluno-professor, aluno-aluno, aluno-adulto;
- providenciar *softwares* educativos específicos;
- despertar a motivação, a atenção e o interesse do aluno;
- apoiar o uso dos materiais de ensino-aprendizagem de uso comum;
- atuar “para eliminar sentimentos de inferioridade, menos valia e fracasso.”

E, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), os objetivos gerais do Ensino Fundamental, formulados de modo a respeitar as diversidades sociais e cultural e suficientemente amplos e abrangentes para que possam conter as especificidades locais, estabelecem que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação a sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Assim, trabalhando sob esta perspectiva, o Lyceu de Goyaz tem como meta fazer um trabalho de conscientização de seu alunado, e no campo da Geografia, como veremos, se procura compreender os espaços subjetivos do ser humano, os mapas mentais que se constroem para orientar as pessoas no mundo.

Trata-se de um aprendizado prático e voltado para a vida e o cotidiano do aluno. O imaginário não deve ser aqui compreendido como o mundo do devaneio, mas o das representações. Mesmo existindo somente na imaginação, elas adquirem uma grande autonomia e participam nas decisões tomadas no cotidiano. Nesse sentido, acredita-se que trabalhar com o imaginário do aluno no estudo do espaço é facilitar a interlocução com ele e compreender o significado que as diferentes paisagens, lugares e coisas têm para ele. Tudo isso significa dizer, valorizar os fatores culturais da vida cotidiana, permitindo compreender ao mesmo tempo a singularidade e a pluralidade dos lugares no mundo. Se o marxismo possibilita compreender a maneira como a sociedade se organiza em torno das atividades básicas da produção e reprodução da vida material e mesmo de aspectos não-materiais como a linguagem, as crenças, a estrutura das relações sociais e as instituições, tal reprodução torna-se insuficiente como método quando se procura compreender o mundo simbólico e das representações que orientam, também, as relações com o mundo.

Assim, a escola precisa variar sua aprendizagem, pensar em outras perspectivas, desafiar o conhecimento e estar ciente de que a Geografia abrange as preocupações fundamentais apresentadas nos temas transversais, identificando-se, desta forma, com aquele corpo de conhecimentos considerados como questões emergenciais para a conquista da cidadania.

CAPÍTULO 3 – O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO LYCEU DE GOYAZ: RELAÇÕES ENTRE O ENSINO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Para o professor, apoiado em seu Projeto de Trabalho, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, Art. 2º, fundamentada no Art. 205 da Constituição Federal, estabelece que a educação é dever da família e do Estado, e que, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim último o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para as ocupações no trabalho.

Nesta lei, ao longo dos seus noventa e dois artigos, o termo aprendizagem e ensino aparecem muitas vezes, relacionando-a a instituições, a alunos, aos docentes, ou aos processos educacionais como um todo. Todo este processo leva a verificação e avaliação, sendo que a primeira é uma ação estática e a segunda é um processo dinâmico e encaminha à ação.

O ensino de Geografia, no Lyceu de Goyaz, além de se pautar nos documentos oficiais, procura fazer importantes reflexões sobre o caráter social do espaço e da leitura para a vida dos estudantes. “Destaca a necessidade de apreensão da realidade sob o ponto de vista da espacialidade, ou seja, de compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço” (LIMA, 2011, p. 12). Procura-se trabalhar a Geografia, englobando contextos, observando-se o conhecimento geográfico através de representações sociais de determinados conceitos elementares. Enfatiza-se uma Geografia escolar com proposições metodológicas para a construção de conceitos geográficos no ensino escolar.

Coloca o aluno a pensar sobre o papel dos conteúdos e suas representações sociais frente à organização do trabalho na sociedade, numa perspectiva socioconstrutivista.

O professor precisa ênfase a alfabetização espacial, definida enquanto construção de noções básicas espaciais de localização, organização, representação e compreensão da estrutura do espaço elaborado dinamicamente pelas sociedades – e porque não reafirmar: uma sociedade de classes. Por alfabetização temporal, o professor entende a construção das noções temporais, a quantificação do tempo, a representação das categorias passadas, presente e futuro e a caracterização de épocas. Ao

tratar da construção da noção de espaço, enfatizam-se os conceitos de espaço vivido onde o jovem inicia a construção da função simbólica e do espaço representativo formado por um momento intuitivo e operativo e, o espaço percebido. Na sequência, com base em Piaget & Inhelder (1993), o professor procura apresentar suas concepções de relações espaciais topológicas (vizinhança, separação, ordem ou sucessão, envolvimento ou fechamento e continuidade ou contínuo), de relações projetivas (direita e esquerda, frente e atrás, em cima e em baixo, ao lado de) e relações euclidianas, derivado dos anteriores (superfície, comprimento, distância, relação de razão e proporção), com conceitos elementares, para depois tratá-los com mais complexidade.

Na sua dinâmica o professor precisa propor uma série de atividades didáticas, abordando as várias possibilidades de estudar e ler o lugar enquanto espaço de análise “que traz em si o global, assim como o regional e o nacional. Recuperando a noção de lugar em Milton Santos (1996), o professor pode mostrar que “o espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam (...) [e] resgata a questão da identidade e da dimensão do pertencimento enquanto elementos importantes na construção do conhecimento do lugar-mundo. Ao refletir sobre as práticas pedagógicas e em como a Geografia escolar deve ajudar os homens a compreender o mundo para além de suas aparências, o docente apresenta o mapa enquanto representação espacial necessária, a centralidade do papel do aluno no processo de ensino-aprendizagem, bem como, os conceitos fundantes: consciência e olhar espacial, escala de análise, natureza, paisagem, estrutura e formação espacial e a dimensão histórica enquanto conteúdos do estudo do lugar.

Desta forma, segundo entrevista com os professores, há o compromisso docente com a educação crítica que pode estimular a paixão pelo aprender, paixão em discutir com o grupo e pensar em novas formas de organização de nosso espaço e de nossa sociedade. No entanto, na sua disciplina, o professor alega que muitas das dificuldades estão no fato de existir pouca aproximação da escola com a vida, com o cotidiano dos alunos.

Para o Professor entrevistado, é nesta ação, que seu trabalho se pauta, e observa-se que as abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito, conforme se pode ver nos anexos, onde se faz uma abordagem de como o Projeto Pedagógico e os conteúdos de Geografia são trabalhados no Lyceu de Goyaz, conforme o documento do PPP (2012).

O professor procura, além do seu plano de curso, seguir o Currículo em Debate, pela Reorientação Curricular do Estado do 1º ao 9º ano (2009). Neste documento, ter o “espaço geográfico” como objeto de estudo da Geografia não significa que o professor vá defini-lo pronto e acabado. Pelo contrário, é estudando as transformações que ocorrem na natureza e nas sociedades,

interpretando e comparando paisagens de lugares distintos e em tempos diferentes e fazendo uso da linguagem cartográfica, que caminhamos para entendê-lo, dinâmico e mutável. É justamente a interação entre estas Categorias e a espacialização destes fenômenos nos mapas, ou seja, a sua cartografia, que nos permite estudar e entender melhor o que é o “espaço geográfico” em seu processo constante de transformação. (SEE, 2009).

Entende-se que a prática de leitura e interpretação de paisagens, o Estudo do Meio para o reconhecimento dos lugares, os trabalhos que auxiliam os estudantes a entenderem os “limites” do território e da territorialidade, as atividades que proporcionam reflexão sobre as formas de diferentes sociedades nas suas relações culturais, de trabalho, com a natureza ou a utilização da linguagem cartográfica na leitura de mapas para que os estudantes percebam o que são e como são estabelecidas as regiões bem como suas redes e fluxos, são exemplos dos conteúdos sistematizados nesta proposta que os professores de Geografia podem e devem desenvolver nas escolas para que os estudantes compreendam e interajam com o que definimos por “espaço geográfico”. (ibidem, 2009).

Conforme determina os PCNs (1998), que é imprescindível o convívio do professor com o aluno em sala de aula, no momento em que pretender desenvolver algum pensamento crítico da realidade por meio da Geografia. Considera-se fundamental que a vivência do aluno seja valorizada e que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua experiência. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma interativa. No ensino, professores e alunos podem procurar entender que tanto a sociedade como a natureza constituem os fundamentos com os quais paisagem, território, lugar e região são construídos.

De acordo com a escola, o professor consegue criar e planejar situações de aprendizagem em que os alunos possam conhecer e utilizar os procedimentos de estudos geográficos. A observação, descrição, analogia e síntese são procedimentos importantes e podem ser praticados para que os alunos possam aprender a explicar, compreender e representar os processos de construção dos diferentes tipos de paisagens, territórios e lugares. Isso não significa que os procedimentos tenham um fim em si mesmo: observar, descrever e comparar serve para construir noções, espacializar os fenômenos, levantar problemas e compreender as soluções propostas. Enfim, para conhecer e começar a operar os conhecimentos que a Geografia, como ciência, produz.

O ensino de Geografia na escola deve encontrar respaldo no seu projeto político-pedagógico, uma vez que este dá muita ênfase à perspectiva socioconstrutivista de ensino. Propõe-se uma nova relação entre professor e aluno, este deixa de ser um simples acumulador de informações, o chamado aluno “receptáculo”, e passa a ser parte integrante do seu processo de ensino-aprendizagem, posicionando-se como construtor do próprio conhecimento. Nessa concepção, o

aluno estabelece relações com os conhecimentos prévios que adquire dentro e fora da escola na sua vida cotidiana.

Neste sentido, o ensino de Geografia, no Lyceu de Goyaz, ganha boas projeções, ao observar-se que a compreensão do processo de formação de conceitos pelo sujeito é um dos pontos de preocupação de [Vygotsky](#) e suas considerações a respeito constitui uma grande contribuição de seu pensamento para o ensino escolar. Ao trazer esclarecimentos acerca dos mecanismos pelos quais são formados os conceitos durante o desenvolvimento intelectual, a teoria dá aos educadores importante ferramenta para buscar uma aproximação entre os conceitos científicos a serem transmitidos e aqueles conhecimentos trazidos pelos alunos de seu cotidiano.

Trazendo para o bojo da Geografia, o professor da escola, assim passa a ter um modo particular de pensar e de ver a realidade (um modo geográfico), devemos antes nos focar no desenvolvimento de conceitos geográficos como ferramentas desse pensamento espacial. Pois, o desenvolvimento de um modo de pensar geográfico mais abrangente e abstrato requer, pois, a formação de conceitos, posto que seja como ciência, seja como matéria de ensino, a geografia desenvolveu uma linguagem, um corpo conceitual que acabou por constituir-se numa linguagem geográfica. Esta linguagem está permeada por conceitos que são requisitos para a análise dos fenômenos do ponto de vista geográfico.

Sendo a geografia uma ciência que estuda o espaço, na sua manifestação global e nas singulares, os conteúdos geográficos precisam ser “apresentados” para serem trabalhados pelos alunos nessa dupla inserção: a global e a local.

Faz-se mister frisar que como os PCNs são um documento de 1998, o professor busca ir além dos seus conceitos, refletindo sobre as dificuldades que muitas vezes se tem em trabalhar com 35 a 40 alunos em uma sala de aula e manter o interesse pela aula algo firme e dinâmico. Entende-se que a construção do saber professor/aluno se dá culturalmente, entre outros motivos, pela forma secundária como o ensino sempre foi tratado nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em especial devido a medidas educacionais fundadas em políticas momentâneas de cada governo, medidas muitas vezes equivocadas.

Na prática em sala de aula do Lyceu de Goyaz, no tocante ao ensino de Geografia, o docente responsável, reconhece a necessidade de levar o aluno a situações mais concretas, como em viagens por exemplo. No entanto, é sabido também que as condições de alunos de escolas públicas muitas vezes não são favoráveis.

A escola, assim como o professor responsável pela disciplina, trabalha sob o ponto de vista de que o aluno não é um mero agente passivo do conhecimento, e sabido que eles se relacionam e trocam informações e idéias pertinentes e enriquecedoras do meio que o cerca,

Marilena Chauí, (1981) apud Florentini (2011) diz que “*Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar*”. Neste sentido, depreende-se que os alunos nunca podem ser colocados como receptáculos *passivos* do saber, e o professor como um *transmissor* de conhecimentos elaborados por "especialistas" e selecionados pelo Estado, pelos "competentes técnicos da educação" que sabem melhor que o professor o que convém ou não a seus alunos (mesmo que nunca os tenham visto). Cada indivíduo neste caso aqui o aluno traz consigo conhecimentos culturais adquiridos na sua comunidade, do grupo, da vivência, dos meios de comunicação e cumpre ao professor no Lyceu de Goyaz fazer disso um instrumento de sala de aula.

Há uma consciência de que na realidade o professor nunca irá "conscientizar" ninguém, mas no máximo contribuir para que determinadas potencialidades do educando (a criticidade, a logicidade, a criatividade) se desenvolvam. Esse desenvolvimento, entretanto, não é fruto de ensinamentos do professor, no sentido de "ensinar a ser crítico", mas sim o resultado do aprendizado do aluno, do seu esforço nas discussões, elaboração de atividades, leitura de textos, etc. E, principalmente, da relação entre o conteúdo a ser estudado e a sua vida, os seus problemas e os do mundo onde vive.

Outrossim, o professor de Geografia tem o papel de elaborar seus textos, implementar atividades que contribuam para desenvolver personalidades críticas e com o uso de estudos participativos do meio, de debates freqüentes sobre temas cruciais, etc. a partir do conhecimento da realidade de seus alunos e procurar fazer com que estes sejam co-autores do saber. Entretanto, isso de fato se torna cada vez menos possível de ser efetivado. Os baixos salários, o grande número de aulas que são obrigados a assumir para tentar aumentar seu orçamento, a elevada quantidade de alunos por classe e a ausência quase total de participação e apoio dos pais ou responsável pelos educando, a dispersão, como já dissemos, acaba sendo empecilhos. São fatores que muitas vezes levam o professores a adotarem acriticamente livros didáticos, já que com eles pode-se ter "menos trabalho" com as lições. O professor frente a toda essa situação não pode ser indiferente, pois é sabido que a situação presente da geografia é de indeterminação, de um leque de possibilidades no qual o futuro não está decidido *a priori*, mas dependerá em boa parte das nossas opções e práticas". (VICENTINI 2008).

Neste contexto, e apesar das adversidades o professor mencionado procura estar sempre antenado para tornar suas aulas atrativas e coerentes com a realidade, uma vez que muitos conteúdos deixaram de ser necessários uma vez que os meios de comunicação de massas se encarregam de mostrar fotos, imagens, textos e acontecimentos dos diversos rincões do planeta de maneira mais ágil e atrativa que o discurso geográfico tradicional. É em face de esta realidade que o

projeto político pedagógico da escola deve incentivar o professor, trazendo-o para a realidade vigente, dos dias atuais em que o mundo globalizado é fortemente marcado pelo apelo aos recursos eletrônicos e da Internet. No caso do Lyceu de Goiaz, este é um aspecto que ainda necessita ser melhorado.

Ainda na visão do professor, embora ele consiga dinamizar suas aulas, os erros de coesão/coerência e a falta de leitura crítica são empecilhos também para o rendimento dos alunos. A preocupação do professor é procedente, já que tais deficiências nestas habilidades atingem até os estudantes de universidades. Entre os estudantes do ensino superior, 38% não dominam habilidades básicas de leitura e escrita, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), (2012), divulgado nessa segunda-feira pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ONG Ação Educativa. O indicador reflete o expressivo crescimento de universidades de baixa qualidade em relação à formação de professores. Criado em 2001, o Inaf é realizado por meio de entrevista e teste cognitivo aplicado em uma amostra nacional de 2 mil pessoas entre 15 e 64 anos. Elas respondem a 38 perguntas relacionadas ao cotidiano, como, por exemplo, sobre o itinerário de um ônibus ou o cálculo do desconto de um produto. O indicador classifica os avaliados em quatro níveis diferentes de alfabetização: plena, básica, rudimentar e analfabetismo. (INAF, 2012).

Aqueles que não atingem o nível pleno são considerados analfabetos funcionais, ou seja, são capazes de ler e escrever, mas não conseguem interpretar e associar informações. Segundo a diretora executiva do IPM, Ana Lúcia Lima, os dados da pesquisa reforçam a necessidade de investimentos na qualidade do ensino, pois o aumento da escolarização não foi suficiente para assegurar aos alunos o domínio de habilidades básicas de leitura e escrita. "A primeira preocupação foi com a quantidade, com a inclusão de mais alunos nas escolas", diz. "Porém, o relatório mostra que já passou da hora de se investir em qualidade", afirma.

E é neste sentido que se projeta a preocupação do professor. A Geografia precisa ser lida compreendida e não decorada. Muitos alunos, no entanto, se mostram desmotivados, mas também grande número deles traz a deficiência desde as séries anteriores. O aprender destes alunos está condicionado a toda uma estrutura de vida social e familiar que muitas vezes não contribui com uma aprendizagem significativa. É claro que não se fala em perfeição, mas na superação de obstáculos, e na vontade e determinação de colocar em prática, tudo que é refletido no PPP da escola e no projeto de trabalho do professor.

Deste modo, o que se pôde ver no Lyceu de Goyaz foram atividades docentes planejadas cuidadosamente, a fim de estabelecer os fins e meios que apontem para a superação dos problemas, com vistas a persecução dos objetivos previstos: pensando e vislumbrando o futuro, tendo por base

as experiências, o contexto histórico, os pressupostos filosóficos, culturais e políticos, sabendo-se claramente de quem, com quem e para quem se planeja.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político.

Moacir Gadotti

No desenvolver deste trabalho monográfico, ao observar o Lyceu de Goyaz e o ensino de Geografia nesta unidade escolar, como um modelo de escola regular, onde exercícios de cidadania, solidariedade, bondade e igualdade são dados todos os dias, entre toda a comunidade escolar, perceberam que a aprendizagem pode ocorrer desde que haja planejamento, gestão e o desejo de ensinar e ver os produtos desta aprendizagem.

O ensino, de qualquer disciplina, pode ser um processo de transformação, contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós, para emanarmos para os outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes. Tal processo pressupõe na prática, reconhecer no outro potencial para aprender e a capacidade de ser. Isso significa quebrar tabus em relação aos nossos próprios preconceitos, o que implica em pôr por terra barreiras atitudinais; pressupõe um novo modo de ser e viver, sob valores éticos sociais e humanos. Pressupõe viver na cooperação, na parceria, no respeito e, porque não, no amor.

E trata-se de uma atitude que não pode existir de maneira isolada. Na escola referida, o trabalho de equipe é visível, é notório, e todos querem aprender. Vive, dia a dia, a revolução do “todos somos diferentes” e não do “todos são iguais”. Não se mata o “oponente”, se ganha para nosso lado; não se tem o outro como “adversário”, mas como parceiro na solidificação de nossos princípios e ações, enfim, na revolução pela inclusão de todos no todo social, vive-se a totalidade, não o totalitarismo; vive-se a participação de todos e não a de uma parte; vive-se e não apenas se aceita a sobrevivência.

Ao observar o ensino de Geografia no ensino fundamental no Lyceu de Goyaz, vemos que dar aula vai além do PPP e dos instrumentos didáticos e metodológicos. O professor esforça-se para junto com o aluno, poderem contextualizar, fazer as abstrações necessárias, trabalhando com os conceitos científicos e desencadeando a compreensão que permite ir cada vez mais além ao sentido de generalizar experiências particulares e entender a realidade de forma mais ampla. E ao entenderem, a dinâmica da formação da territorialidade vivida no cotidiano, o aluno consegue fazer as abstrações coerentes para compreender a realidade como um todo, no sentido da globalização.

Assim, aprendemos a ser um ser humano melhor a cada minuto que passamos com uma grande diversidade de alunos, pois lições de vida são mostradas e expostas todo o tempo.

Não só a Educação ganha com isso: o nosso caráter e personalidade sem dúvida nenhuma passam a ser incomensuravelmente maiores.

REFERÊNCIAS



BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. *Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

_____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Editora do Brasil S/A.

_____. *Nota Técnica - SEESP/GAB/Nº 11/2010, de 07 de maio de 2010*. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. MEC/SEESP/GAB, 2010.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

_____. *Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009*. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares*. Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEESP, 1988.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CARVALHO, Lorena Resende; CUSTÓDIO, William Gomes. *Projeto Político-Pedagógico pensado na perspectiva da diversidade*. Texto produzido para o Projeto de Formação em Rede da Superintendência de Ensino Especial/Secretaria Estadual de Educação de Goiás, s/d.

_____; CARVALHO, Sebastião Donizete de (Orgs.). *Diálogo sobre avaliação e currículo para a diversidade*. Caderno 3, Goiás: Secretaria da Educação/Coordenação de Ensino Especial, 2010.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. *Resolução CEE N. 194, de 19 de agosto de 2005*.

GOIÁS. Secretaria de Educação – SEE. *Currículo em Debate: Currículo e Práticas Culturais – As Áreas do Conhecimento*. Caderno 3, Goiânia: SEE-GO, 2006.

_____. Secretaria da Educação – SEE. *Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2009/2010*. Goiânia: SEE-GO, 2009.

_____. Secretaria da Educação – SEE. *Currículo Em Debate: Matrizes Curriculares - Reorientação Curricular Do 1º Ao 9º Ano* - Caderno 5. Goiânia: SEE-GO, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública*. A Pedagogia crítico-social dos conteúdos, 19ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*, 5ª edição revista e ampliada, Goiânia: MF Livros, 2008.

LYCEU DE GOYAZ. *Planos de Desenvolvimento da Escola – PDE*. Goiás-GO: 2007, 2008, 2009 e 2010.

GROSBAUM, Marta Wolak. *Progestão: Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola? Módulo IV*, Marta Wolak Grosbaum, Claudia Lemes Ferreira Davis. Coordenação geral: Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (Org.). *Pensando e Fazendo Educação de Qualidade*. São Paulo: Moderna, 2003.

PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. *Progestão: Como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I* / Sônia Teresinha de Sousa Penin, Sofia Lerche Vieira. Coordenação geral: Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED, 2001.

SANTIAGO, Eliete. *Projeto Político Pedagógico: elementos para uma reflexão*. Mimeo. Olinda, 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. *Reorientação Curricular do 1º ao 9º ano*. Currículo em debate. Goiânia, 2009

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança - por uma práxis transformadora*, 7a ed. São Paulo: Libertad, 2005.

_____. *Avaliação: Concepção Dialético-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*, 15ª ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas. Papirus, 1996.

_____; RESENDE, Lúcia M. G. de (Orgs.). *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*, 13ª edição, Campinas-SP: Papirus, 2008.

ANEXOS

(PPP, 2012, p. 25-45).

A proposta curricular do Lyceu de Goyaz se fundamenta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, porém concebe o currículo (segundo o entendimento de Reeder ,1994) como sendo as experiências e atividades realizadas e vividas pelo educando sob a orientação de uma Entidade Escolar.

O nosso currículo objetiva integrar os conteúdos escolares aos temas transversais a partir do interesse do aluno, da comunidade, da classe em geral, tendo claro que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações, morta oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Marx 1978)

Assim, o conhecimento produzido no decorrer do tempo é patrimônio coletivo, e por isso é necessário a sua partilha. A socialização desse saber implica a garanti-lo a todos. A política educacional, desta forma deve zelar pela inclusão e repudiar a exclusão, nossa política propõe contextualizar o conhecimento possibilitando o processo dinâmico, crítico e criativo.

Toda proposta curricular fundamenta-se em uma concepção filosófica, e esse saber deve incorporar o homem e sua aprendizagem como eixos fundamentais da atuação do currículo.

Inicialmente deve ser definido o homem que se quer formar, estabelecendo-se o parâmetro de sociedade, em consequência disso escolhe-se o que será ensinado. Em seguida decide-se pelo modo de compreensão e provocação da relação homem X saber.

O Lyceu de Goyaz adota a teoria que entende o ser humano como social e histórico, isto quer dizer que o homem faz sua própria história e é determinado por ela. Sendo papel de a escola desenvolver ações de aprendizagem capazes de levar o educando a entender suas relações no mundo, bem como definir suas formas de agir nele.

Deste modo, a escola trabalhará Temas Transversais inserindo-os nas disciplinas fundamentais ou criando projetos com matriz própria para que os alunos construam os conhecimentos e desenvolvam o senso crítico.

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. Ele está necessariamente permeado pelas relações de poder. O currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, produzindo identidades individuais e sociais. Está vinculado a um espaço há um tempo. Tem sua história, vinculam-se as especificidades a contingências da organização da sociedade e da educação.

Assim, o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam, sobretudo como matéria prima de criação recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão. Pautando-se na possibilidade de ser flexível, bem como, respeitando o

conhecimento do aluno, sendo capaz de compreender que o coletivo escolar tem inúmeras maneiras de aprender e contribuir para sua edificação. (...)

ENSINO DE GEOGRAFIA

JUSTIFICATIVA

Visto ser a Geografia disciplina que trata de questões sociais e de todas as relações e situações vividas pelos sujeitos que no espaço escolar convivem com educadores que desenvolvem-se como profissionais e participantes ativos da cidadania dos educandos, direta ou indiretamente, faz-se necessário que a prática pedagógica ocorra com a interdisciplinaridade e transversalidade alimentando-se mutuamente, pois assim as questões trazidas pelos Temas Transversais expõem as inter-relações, promovendo uma compreensão abrangente de diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção de que a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência de sistemas de significados construídos na realidade do aluno.

Portanto, é um grande desafio, pois a escola espaço de socialização e criação de valores e conhecimento deve realizar um trabalho responsável e comprometido, do ponto de vista ético, que proporcione uma aprendizagem de conteúdos, mas que também desenvolva capacidades que possam intervir e transformar a comunidade de que fazem parte, fazendo valer o princípio da dignidade e criando espaços de possibilidades para a construção de projetos em que os indivíduos atuem de forma crítica e construtiva na formação da sociedade.

Pois a função social da Escola na atual Política Educacional Brasileira é pautada em texto constitucional podemos nos atear em um deles que esclarece:

“Educação Escolar é uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente”. (Parâmetros Curriculares Nacionais – vol. 1, p. 45).

Entendendo que os PCNS, apresentam uma contribuição real para a renovação do enfoque pedagógico, com abordagens teóricas que problematizam a realidade social e identificam a participação ativa dos educandos na construção da sociedade, nas suas resistências, divergências de valores e práticas, reelaboração da cultura, instigando-os educandos a co-responsabilidade pela vida social.

Sendo assim, os PCNS, nos orienta, pois, comunga nossas convicções e perspectivas enquanto educadores.

METODOLOGIA

PROJETOS DE TRABALHOS

O recurso, ou melhor, os projetos de trabalho, na prática pedagógica visam as mudanças nos métodos até então utilizados na instituição; Esses projetos serão mais que estratégias de ensino, pois visam o trabalho pedagógico fundamentado na concepção de globalidade na busca de uma alternativa à fragmentação das matérias já, que nos projetos, as propostas curriculares, privilegiam a abordagem dos conteúdos numa perspectiva interdisciplinar. Essa é uma maneira de suscitar a compreensão dos alunos sobre os conhecimentos que circulam fora da escola e de ajudá-los a construir sua identidade.

Esses projetos fundamentam-se na preocupação dominante entre professores, quanto a necessidade do ensino em criar facilidades para os educandos construir uma aprendizagem. A própria forma de trabalhar nos projetos, demonstra que os conteúdos mais importantes são os que se referem as estratégias de aprender que cada aluno ativo, ao apropriar-se racionalmente da sua realidade passa a conhecer e operar, pois a aprendizagem não será pela repetição, mas dimensionada pela capacidade de usar conceitos, organizar ou reestruturar pensamentos, analisar situações, adquirir métodos de trabalho, enfim recriar novas aprendizagens, visto que todas as atividades estarão articuladas com a formação conjunto do projeto pedagógico do curso.

De forma geral o ensino da Geografia é realizado por meio de aulas expositivas, leituras diversificadas de textos, jornais, revistas, documentários, filmes, mapas, gráficos e tabelas.

Porém é possível trabalhar o conhecimento geográfico de forma mais dinâmica e instigante tais como:

- Problematicando diferentes espaços materializados em paisagens, lugares e territórios.

Essas abordagens podem ser através de perspectiva da leitura da paisagem, conhecer uma paisagem e seus elementos sociais, culturais e naturais e a interação existente entre eles, compreendendo como ela está presente em permanente processo de transformação e como contém múltiplos espaços e tempos, através de pesquisas em obras literárias, músicas regionais, fotografias, entrevistas, relatos etc.

Esse trabalho significará a construção de imagens vivas dos lugares que passam a fazer parte do universo de conhecimentos dos alunos, tornando-se parte de sua cultura. Encontrando

explicação para os seus “porquês” a Geografia é o procedimento que permite-lhe ver a interação entre as coisas e os fenômenos lidos numa paisagem.

OBJETIVOS GERAIS DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Explicar as relações entre a sociedade e a natureza, e como ocorre a apropriação desta por aquela.

- Compreender de forma mais ampla a realidade, possibilitando nela interferir de maneira mais consciente e propositiva.
- Adquirir conhecimentos, que dominem categorias, conceitos e procedimentos básicos de modo a poder compreender as relações sócio-culturais e o funcionamento da natureza as quais historicamente pertence, mas também conhecer e saber utilizar uma forma singular de pensar sobre a realidade.
- Reconhecer as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura do espaço geográfico e da paisagem, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, política pertinentes à História do Brasil.
- Propiciar a reflexão sobre a situação de exclusão social vivida pelo povo afro-descendente.
- Resgatar a cultura afro através de apresentações culturais e a importância da religiosidade deste povo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E COMPLEMENTAR – 5ª SÉRIE

CONTEÚDO

- Representação do espaço geográfico
- Orientação e localização
- Mapas
- A linguagem dos mapas e dos gráficos
- Planeta Terra
- A Terra e o Universo
- Movimentos da Terra

- Terra, planeta da vida
- Litosfera
- Relevo e suas formas
- Formação e transformação do relevo
- Os minerais são recursos da natureza
- Hidrosfera
- Águas Continentais
- Águas oceânicas
- Atmosfera
- Tipos de clima
- Poluição atmosférica e clima
- Natureza e sociedade
- As paisagens e a sociedade humana
- As atividades econômicas
- População brasileira

CONTEÚDO – 6ª SÉRIE

- O território brasileiro – características
- Brasil: territórios, fronteiras e organização espacial
- População brasileira
- Crescimento da população brasileira
- Estrutura da população brasileira
- Distribuição da população brasileira
- Espaço rural brasileiro
- A agropecuária e a exploração dos recursos naturais brasileiros
- O trabalho e a terra no espaço rural brasileiro
- Espaço urbano brasileiro
- Organização do espaço nas cidades brasileiras
- A urbanização brasileira
- Região Nordeste
- O Nordeste e as sub-regiões
- O Nordeste e seus (aspectos) diversos, contrastes socio-econômicos
- Região Sudeste

- O processo de industrialização no Sudeste
- A indústria e as relações entre o rural e o urbano no Sudeste
- Sudeste: paisagens intensamente transformadas
- Região Sul
- O Sul e seus habitantes
- A agropecuária moderna e o impulso industrial do Sul.
- Região Norte
- Região Norte: um imenso território
- A região norte e a Amazônia
- A região norte e a população
- Região Centro-Oeste
- A integração econômica do Centro-Oeste.

CONTEÚDO – 7ª SÉRIES

A construção do espaço geográfico.

- A natureza, seus fenômenos e a transformação do espaço natural;
- O trabalho e a transformação da natureza e do espaço geográfico;
- A organização do espaço geográfico mundial;
- Transformações recentes no cenário mundial;
- Um mundo fragmentado, porém globalizado;
- Globalização econômica
- Globalização, megafusões e com petividade;
- Globalização e divisão internacional do trabalho (DIT);
- A formação de grandes blocos econômicos, a revolução tecnológica e o emprego;
- A regionalização do mundo contemporâneo;
- Regionalizando os países do mundo: Primeiro Segundo e Terceiro Mundo, países ricos e países pobres; centro e periferia, países desenvolvidos e subdesenvolvidos.
- Origens históricas do desenvolvimento e subdesenvolvimento;
- América Latina;
- Ocupação e povoamento;
- A formação étnico-cultural;
- Contrastes;
- Concentração;

- Concentração fundiária;
- Urbanização;
- Economia;
- Endividamento externo da América Latina;
- Crise econômica e o modelo neoliberal;
- Narcotráfico;
- Mercosul;
- Cuba.

- **Continente Africano:**

- Regionalização;
- Colonização partilha desestruturação das sociedades africanas;
- Descolonização; reconstrução;
- Apropriação dos recursos naturais e a fome na África;
- Agropecuária, estrutura fundiária, recursos energéticos, rede transportes, dilapidação dos recursos naturais e as consequências ambientais, erosão dos solos e desertificação, fome na África: problema político, econômico e ambiental ;
- Indústria, urbanização e movimentos populacionais na África;
- Continente asiático;
- Regionalização;
- Colonialismo e descolonialismo;
- Oriente Médio;
- Religião; elemento cultural de unificação e discórdia;
- Questões territoriais, a criação de Israel e a questão da Palestina, Oriente Médio e o petróleo, as desigualdades sociais, países não-produtores de petróleo, a questão da água, os Tigres asiáticos.
- Índia;
- China.

Demografia, desenvolvimento, economia, instabilidade militar, capitalismo na China.

CONTEÚDO 8ª SÉRIES

O ESPAÇO GLOBAL

- Revolução tecnológica e a formação do espaço global;
 - A tecnologia, ciência e as interferências no mundo atual;
 - A dinâmica do espaço global;
 - A expansão das multinacionais;
 - Fluxos populacionais: o caso das migrações internacionais;
 - Consumo, meio ambiente e desigualdades no espaço global;
 - O capitalismo e a sociedade de consumo;
 - Degradação ambiental;
 - Meio ambiente e a problemática ecológica;
 - Globalização, desenvolvimento e subdesenvolvimento;
 - América desenvolvida: Estados Unidos e Canadá, colonização e formação;
 - Estados Unidos: Superpotência;
 - Ascensão econômica;
 - Expansão das multinacionais e do comércio norte-americano;
 - A influência dos EUA na economia, na cultura e na geopolítica mundial;
 - EUA, potência militar;
 - EUA: uma potência militar. Declínio econômico dos Estados Unidos?
 - Canadá: sociedade multicultural e potência econômica;
-
- Europa desenvolvida;
 - O continente europeu: Duas Europas?
 - Questões populacionais, povoamento, diferentes povos e a cultura na Europa desenvolvida;
 - Estrutura etária e qualidade de vida;
 - Elevada proporção de adultos e idosos;
 - Xenofobia e racismo;
 - Organização do espaço geográfico europeu;
 - União européia;
 - União européia X Estados Unidos;
 - Desafios econômicos, políticos e sociais da União européia;
 - Países ex-socialistas da Europa e da Ásia;

- Eurásia: meio Europa, meio Ásia, Leste Europeu, CEI e Repúblicas Bálticas;
- Do império russo à formação e a desagregação da União Soviética;
- A URSS no pós-guerra;
- A URSS entra em crise;
- O fim da URSS;
- Rússia: potência em crise;
- Movimentos separatistas e o poder central russo;
- O atual papel geopolítico mundial da Rússia?
- Perspectiva para a Rússia no século XXI;
- Leste europeu e países da CEI.;
- Países desenvolvidos da Bacia do Pacífico e regiões polares;
- Japão, Austrália e Nova Zelândia e regiões polares;
- Japão: gigante do Oriente;
- Desafios para o Japão no século XXI;
- Austrália e Nova Zelândia;
- Implicações do meio natural sobre as atividades econômicas;
- Turismo, uma atividade muito desenvolvida.
- Composição étnica e exclusão social na Austrália e na Nova Zelândia;
- As regiões polares;
- Ártico e Antártica: exploração econômica e pesquisas; meios polares: meios frágeis.

CONTEÚDOS COMPLEMENTARES - TODAS AS SÉRIES

- Educação ambiental;
- Ética;
- Diversidade cultural;
- Pluralidade cultural;
- Meio ambiente e sociedade / saúde;
- Trabalho e consumo;
- Cidadania e consumo sustentável;

- Água;

- Ciclo;

- Distribuição e consumo;
- Água doce no Brasil e no Mundo;
- Os usos da água;
- Saneamento básico;
- Uso industrial;
- Uso agrícola;
- Navegação;
- Pesca e lazer;
- Geração de energia;

- Alimentos;

- Utilização de insumos químicos;
- Agrotóxicos;
- Manipulação genética;
- Alimentos transgênicos;
- Erosão genética;
- Erosão dos solos;
- Em busca de uma agricultura sustentável;
- Agroecologia: o caminho para uma agricultura sustentável;
- Iniciativas de apoio à produção de alimentos mais seguros;
- Agricultura familiar;
- Sistema de plantio direto;

- Biodiversidade

- A importância da Biodiversidade;
- Funções ambientais;
- Polinização e dispersão das plantas;
- As teias tróficas ou cadeia alimentar;
- Variabilidade e adaptação;
- Estabilidade do regime hídrico e amenização climática;
- Funções socioeconômicas;
- Fonte de novos produtos e de energia;
- Sustentabilidade na agricultura e na pecuária;
- Produtos florestais;

- A questão sócio-cultural;
- Lazer e turismo;
- Ecoturismo: uma forma sustentável de utilização dos recursos naturais;
- Florestas: muito mais do que um conjunto de árvores;
- Os biomas brasileiros;
- Caatinga;
- Amazônia brasileira;
- Campos sulinos;
- Zona costeira e marinha;
- Pantanal;
- Cerrado;
- Mata atlântica;
- Desmatamento: um crime contra a vida;
- Exploração sustentável da madeira;
- Certificação florestal;
- Preservar a biodiversidade é um dever;

- **Os transportes e meio ambiente**

- Os automóveis e a contaminação do ar;
- Poluição veicular um problema global;
- A poluição do ar e a saúde ;
- A poluição do ar e o meio ambiente;
- Acidificação ou chuva ácida;
- A ação do ozônio;
- Mudanças climáticas e o efeito estufa;
- Aquecimento global;
- Transporte e consumo de energia;
- Os transportes e o lixo.

- **Energia**

- O setor elétrico no Brasil;
- Economia forçada;
- A geração de energia e o impacto ambiental;
- Energia hidráulica;

- Energia termelétrica;
- Energia nuclear;
- Energia eólica;
- Energia solar;
- Consumo e desperdício;
- Eficiência energética;
- O que o consumidor pode fazer;

- **Lixo**

Classificação dos resíduos sólidos (lixo)

- Resíduos perigosos;
- Resíduos indesejáveis;
- Como resolver o problema do lixo;
- Reciclagem: a indústria do presente;
- Para onde vai o lixo;
- Tratamento e disposição do lixo;
- Compostagem;
- Incineração;
- Pirólise;
- Digestão anaeróbica;
- Rensu ou reciclagem;
- Aterro sanitário;
- Aterro controlado;
- Unidades de segregação e / ou de compostagem;
- Embalagem quanto mais simples melhor;
- A responsabilidade é de quem produz;
- Manejo ideal de resíduos;
- O lixo e o consumo.

- **Publicidade**

- Consumo e o meio ambiente;
- Armas que convencem;

- Crianças e jovens: os alvos mais vulneráveis;
- Publicidade enganosa ou abusiva;
- Em busca do consumo sustentável;
- Além do consumo verde.

AVALIAÇÃO

Por sua complexidade e por ser muito ampla, devemos fazer algumas observações, já que estaremos avaliando as consequências de nossas ações sobre os processos de trabalho profissional, portanto, direcionar, refletir, replanejar nossos métodos de ação equivale estar levando em conta competências e habilidades, que estimulem a construção do conhecimento, isso nos ajudará nas etapas do processo avaliativo.

É, portanto, fundamental repensar estratégias de mudança, instrumentalizar para avaliar e auto - avaliar-se criticamente sermos ao mesmo tempo professor - educador e professor – aprendiz, que procura meios adequados para lidar com todos os alunos, que favorece a inclusão, que adere a novas tecnologias em educação, como o trabalho em projetos que devem fazer parte do novo profissional que assume a sua dimensão transformadora.

